

Quanto a fauna, a área abriga várias espécies importantes em vias de extinção, como o mono-carvoeiro (*Brachyteles arachnoides*), a onça-pintada (*Panthera onca*), a jacutinga (*Pipile jacutinga*), o macuco (*Tinamus solitarius*), a sabiá-cica (*Tricharia malachitacea*), a lontra (*Lutra spp*), dentre outras, e em especial a pirapitinga *Brycon sp*, peixe endêmico da bacia do rio Paraibuna.

O núcleo está inserido na bacia hidrográfica do rio Paraibuna, que ao juntar-se com o rio Paraitinga forma o rio Paraíba do Sul, e ainda em pequena porção na bacia do rio Itamambuca que drena em direção ao litoral. Com dezenas de cachoeiras em seu interior, a área é um grande atrativo turístico na região do Alto Vale do Paraíba, recebendo em média 1.500 visitantes/ano que desenvolvem atividades em três trilhas abertas ao público.

Situado a 16 km de Ubatuba, a 40 km de São Luiz do Paraitinga, a 78 km de Taubaté e a 200 km de São Paulo, a área vem sofrendo várias agressões como a extração ilegal de palmito, de bromélias e de orquídeas, a prática de caça e pesca predatórias, e grande deposição de lixo jogado nas margens da rodovia Oswaldo Cruz, que atravessa o Parque Estadual da Serra do Mar, ligando o Vale do Paraíba ao litoral norte.

No tocante ao seu manejo, desde 1989 vêm sendo desenvolvidas algumas atividades ligadas à pesquisa, à proteção da área e à educação ambiental através da interpretação da natureza.

## II.2. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DO PARQUE

### II.2.1. O Parque Estadual da Serra do Mar

Os parques nacionais, estaduais e municipais são unidades de conservação de uso indireto que devem ser de domínio público, exigindo investimentos governamentais na regularização fundiária, através de desapropriação de terras particulares e apuração de terras devolutas, entre outros procedimentos.

O Parque Estadual da Serra do Mar estende-se do litoral norte do Estado, a partir da divisa com o Estado do Rio de Janeiro, até os municípios de Peruíbe e Pedro de Toledo, no litoral sul e Vale do Ribeira, envolvendo os municípios litorâneos de Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião, São Vicente, Bertioga, Santos, Cubatão, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe, além de abranger porções territoriais no Planalto Atlântico que abrigam cabeceiras formadoras das bacias dos rios Paraíba do Sul, Tietê e Ribeira de Iguape, nos municípios de Cunha, São Luiz do Paraitinga, Natividade da Serra, Paraibuna, Mogi das Cruzes, Suzano, Salesópolis, Biritiba Mirim, Santo André, São Bernardo do Campo, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, São Paulo, Embu Guaçu, Pedro de Toledo, Juquitiba e Barueri.

Como maior Parque Estadual paulista, com 315.390 ha, é a mais extensa unidade de conservação do Estado, englobando escarpas e alguns promontórios da Serra do Mar, porções do Planalto Atlântico e segmentos restritos de planícies costeiras. Detém assim, a maior parte das nascentes dos rios que vertem para o Atlântico, responsáveis pelo abastecimento de água das populações urbanas do litoral.

É a UC com maior área de florestas do domínio da Mata Atlântica, além de vários ecossistemas a ela associados, contribuindo para a manutenção da diversidade biológica, com um dos últimos bancos genéticos da flora e da fauna do estado de São Paulo (SMA/CEAM, 1992).

O PE da Serra do Mar foi criado pelo Decreto Estadual n.º 10.251, de 30 de agosto de 1977, incorporando uma série de Reservas Estaduais já existentes. Em 1979, foi alterado pelo Decreto Estadual n.º 13.313 de 06 de março que acrescentou áreas do município de Ubatuba ao seu limite anterior. Próximo à divisa com o Estado do Rio de Janeiro, sobrepoê-se parcialmente ao Parque Nacional da Serra da Bocaina.

Estão localizadas dentro do Parque as aldeias indígenas Guarani Boa Vista do Sertão do Promirim, do Silveira, do Rio Branco, do Aguapeú e do Bananal.

Considerando a grande extensão territorial do PESM, o Instituto Florestal, órgão responsável pela unidade, vem implantando núcleos de desenvolvimento, em porções territoriais delimitadas de acordo com as características específicas das diversas regiões do parque.

As rotinas administrativas de planejamento, fiscalização, educação ambiental, visitação pública, regularização fundiária e pesquisa são realizadas no território desses núcleos, a partir da infra-estrutura de apoio instalada em áreas estratégicas e prioritárias, equacionadas sob o ponto de vista fundiário.

Esses núcleos apresentam áreas que configuram um mosaico de situações, caracterizadas em função do uso do solo e dos programas de manejo passíveis de desenvolvimento, demandando uma atuação diferenciada da administração, considerando ainda a dominialidade das terras (públicas ou em diversos estágios do processo de regularização fundiária).

Atualmente o PESM é administrado a partir dos seguintes núcleos, que se encontram em diferentes níveis de implantação: Picinguaba, Cunha/Indaiá, Santa Virgínia/Natividade da Serra, Caraguatatuba/São Sebastião, Cubatão/São Bernardo (que apóia atividades em Bertioga, Mongaguá e Itanhaém), Curucutu e Pedro de Toledo.

A história da implantação desses núcleos consolidou a experiência necessária para a realização de um planejamento integrado para todo o território do Parque Estadual da Serra do Mar, considerando dentre outros aspectos o zoneamento da unidade de conservação, realização de ações integradas e complementares entre núcleos de desenvolvimento, no âmbito dos diversos programas de manejo, bem como a necessidade de criação de novos núcleos e otimização das atividades realizadas em cada núcleo.

### II.2.2. Histórico da criação do Núcleo Santa Virgínia/Natividade da Serra

Procurando atender aos interesses econômicos de Portugal, que visava buscar novas fontes de rendas, em virtude da decadência da exploração de metais preciosos na capitania das Minas Gerais por encontrar-se em processo irreversível de esgotamento, o então governador Lobo Saldanha distribuiu algumas sesmarias. Dentre elas, em 1781, as terras devolutas localizadas no caminho entre a vila de São Luiz do Paraitinga e Ubatuba, entre os rios Paraibuna e Ipiranga, a pedido de Manoel José Landim e João Alves Pereira, moradores da freguesia do "facão", atual cidade de Cunha.

Os novos sesmeiros tinham o compromisso de fazer a terra produzir de forma rentável. No entanto, a agricultura aí estabelecida foi fundamentada na subsistência e, tanto esta quanto a tentativa de povoamento malograram.

Em 1826, com a morte de Landim, começou a fragmentação e venda da área a diversos novos proprietários. No ano de 1895 algumas partes foram compradas em hasta pública por um único dono, o comendador José Pereira da Rocha Paranhos; e em 1898, sua esposa adquiriu novas áreas no lugar denominado "Paraibuna", totalizando área de 5.234 alqueires distribuídos pelos bairros Ponte Alta, Ipiranga, Pouso Frio, Mundéus e sertão da Ponte Alta, vindo posteriormente constituir a Fazenda Nossa Senhora da Ponte Alta.

Por algumas décadas a fazenda se mostrou fechada a uma exploração econômica mais ativa; apenas algumas famílias contratadas como empregados dos proprietários trabalhavam como vigias, tentando impedir a entrada de posseiros. Promoveu-se o levantamento de todas as suas divisas colocando marcos e abrindo picadas, definindo assim os seus limites e confrontações.

No ano de 1927, a valorização das terras somada à inexistência de áreas com grandes extensões de mata na região e, principalmente, em razão da grande procura por madeira e carvão, voltaram-se os olhos para aquela que era a única área de floresta nativa no município de São Luiz do Paraitinga.

No ano de 1943, a Fazenda do Estado de São Paulo, na defesa das terras devolutas, propôs e levou até o final as ações discriminatórias do primeiro, segundo, terceiro e quarto perímetros que abrangiam toda região montanhosa da Serra do Mar, nos municípios de São Luiz do Paraitinga e Natividade da Serra, com exceção dos imóveis Ponte Alta e Rio da Prata; as terras que circundavam a Ponte Alta foram consideradas devolutas na linha Norte, onde faz divisa com o imóvel Rio da Prata por águas vertentes, a esquerda da estrada que segue de São Luiz para Ubatuba.

No começo da década de 70 o grupo econômico Alcântara Machado adquiriu dos herdeiros do comendador Paranhos uma área estimada em 5.000 hectares. Com objetivo de explorar comercialmente a área, foram lá montadas diversas serrarias e introduzida a pecuária leiteira e o gado de corte em grande escala nas áreas já destituídas de cobertura vegetal.

A edição do Decreto 10.251 de 30 de agosto de 1977 criou o Parque Estadual da Serra do Mar com a finalidade de preservar áreas remanescentes da Mata Atlântica. Esse fato resultou no processo de desapropriação indireta das fazendas contíguas Nossa Senhora da Ponte Alta e Santa Virgínia, culminando, em 1989, com a imissão da Fazenda do Estado na posse dessas áreas.

Estando no PE da Serra do Mar, as referidas glebas foram destinadas à administração do Instituto Florestal, objetivando iniciar a implantação do Núcleo Santa Virgínia/Natividade da Serra. O IF iniciou o processo de instalação de infra-estrutura e alocação de recursos humanos com a contratação de um técnico nível superior, seis trabalhadores braçais da região e a transferência de um auxiliar administrativo do Núcleo Picinguaba do PESM. Com esta equipe foi possível iniciar os trabalhos de reconhecimento da área e esboçar algumas atividades administrativas.

Em 1992, através de concurso público, a equipe administrativa foi, acrescida de seis funcionários, o que possibilitou estender os trabalhos com a comunidade do entorno, às escolas rurais e urbanas, além daqueles relacionados à regularização fundiária. Também foi adequado o alojamento dos funcionários para servir também como hospedaria, e criou-se em São Luiz do Paraitinga o escritório administrativo da unidade.

Ainda nesse período, foi inaugurada a primeira trilha interpretativa — trilha da cachoeira do Salto Grande —, que passou a receber o público oficialmente. A partir desse momento o núcleo passou também a receber estagiários e pesquisadores e, em 1994, foi publicado o primeiro trabalho científico sobre o PESM na área do Núcleo Santa Virgínia/Natividade da Serra.

Também em 1994 foi realizado novo concurso público e seis novos funcionários passaram a integrar o quadro funcional, possibilitando a abertura do alojamento para receber escolas, grupos de ecoturistas, universidades e polícia florestal, além da abertura de duas novas trilhas monitoradas — do rio Ipiranga e do Poço do Pito.

Em meados de 1996 o núcleo passou pelo pior momento de sua história, quando as chuvas de verão ocorridas em fevereiro destruíram todos os acessos, trilhas, rede de energia elétrica e captações de água.

O processo de reconstrução foi possível, inicialmente, graças a parceria estabelecida com a Prefeitura Municipal, que contratou funcionários para ajudar na recuperação de áreas e estruturas, além de ajudar com combustível, alimentação, máquinas e principalmente material de construção, hidráulica e elétrica.